

## COMO SER ALGO QUE NÃO EXISTE: PERCURSOS UNIVERSITÁRIOS NÃO BINÁRIES

### HOW TO BE SOMETHING THAT DOES NOT EXIST: NON-BINARY UNIVERSITY COURSES

**Brune Camillo Bonassi**

<brune.bonassi@gmail.com>

Doutorande em psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, Ceará, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/8627944692562415>

<https://orcid.org/0000-0003-4533-0532>

#### RESUMO

Neste texto, escrevo sobre meu percurso na pós-graduação, que coincidiu com mudanças na minha identidade de gênero. Como não binária, passei e passo por situações violentas e me deparo frequentemente com impedimentos estruturais na organização dos programas de pós-graduação. Meu método é o que fala a partir da própria experiência, trazendo para o diálogo autoras dos feminismos e estudos de gênero que versam sobre fundamentos contingentes das estruturas de dominação cisheterossexuais. Este texto tem como considerações finais contribuições para a inserção equitativa de pessoas não cisgêneras nos ambientes acadêmicos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Políticas públicas; Não binária; Cisheteronorma.

#### ABSTRACT

In this text, I write about my path in postgraduate studies, which coincided with changes in my gender identity. As a non-binary, I went through and go through violent situations, and I am often faced with structural impediments in the organization of postgraduate programs. My method revolves around speaking from experience itself, bringing into dialogue authors in feminism and gender studies who deal with contingent foundations of cisheterosexual domination structures. Also, I'm an ally of French post-structuralism. This text has as final considerations contributions to the equitable insertion of non-cisgender people in academic environments.

**KEYWORDS:** Public policies; Non-binary; Cisheteronorm.

### 1. INTRODUÇÃO

Não é fácil ser brasileiro, isso está posto para todos nós. Temos que enfrentar barreiras relacionadas à pobreza, à violência urbana, temos que viver sob a governança de políticos que pregam a segregação, vivemos e habitamos na mesma cidade de pessoas que acreditaram que o governo distribuiria mamadeiras de piroca, entre outras tantas situações desagradáveis. Isso me deprime e deprime muita gente. Ser TLGBQI+ traz ainda várias dores de cabeça extras, como trazem todos os processos de vulnerabilização que nossa sociedade produz em favor da norma



cisheterossexual, machista, branca, capacitista, gordofóbica, rica, cristã. Na academia, espaço de privilégio, também podemos ver as ranhuras das identidades

E a perspectiva histórica, não obstante tudo aquilo que sua oficialidade e colonialidade acadêmica mascara, não nos permite duvidar que mesmo algumas mínimas transformações decoloniais foram banhadas em sangue, através das injustiças sistêmicas interseccionais que definiam que corpos seriam fonte para estes banhos brutais: sim, corpos negros, 'de cores', indígenas de tantas cosmogonias, nas margens das corporalidades, sexualidades e identidades de gênero, fora dos moralismos 'caridosos' e também assassinos. (SIMAKAWA, 2015, p. 178)

Irei localizar a minha experiência aqui, visto que é uma chamada para falar de vivências TLGBQI+. Falarei da minha experiência como não binária, as barreiras institucionais que me deparei, os meus trânsitos na universidade e no gênero. Farei uma auto-história. "Autohistoria is a term I use to describe the genre of writing about one's personal and collective history using fictive elements, a sort of fictionalized autobiography or memoir; an auto-história - teoria is a personal essay that theorizes." (ANZALDÚA, 2002, p. 578).

Na minha auto-história transgênero-alógica (LEAL, 2018) precisei negar toda a história do binarismo, me ver profundamente só por anos, discutir em mim questões filosóficas. Encontrei minhas raízes em terreiros, em povos e comunidades tradicionais (PCTs), na linguagem não binária. Aprendi a encontrar identificações no tempo presente, sem a necessidade de uma árvore CISgênero-lógica (LEAL, 2018) que dissesse quem são meus antepassados por sangue e quais tradições eu deveria seguir. Aprendi que está ok criar (des)identificações no gênero: não existe verdade irreduzível, mas sim diferentes versões da realidade experimentada.

As identificações que adicionei ao meu corpo para nomeá-lo perante a sociedade são: não binária, autista, branque, psicanalista, casade, formada pelo sistema público de educação. A inteligibilidade do meu corpo é, ao mesmo tempo, um produto de uma linguagem e uma produção local. Ao mesmo tempo que me deparo com as colonizações de gênero, faço micropolítica:

Corpo, território ocupado pelo sex-império. Objeto a ser moldado pela tecnocultura heterocapitalista. Corpo de macho. Corpo de macho castrado de cu. Corpo-colônia. Corpo marcado. Corpo usurpado pelos sistemas classificatórios. Corpo lacrado, embalado a vácuo ou triturado e encapsulado para facilitar o



tráfego. Tráfico de corpos. Corpo produto. Corpo de macho emburrecido enlatado. Corpo-colônia. Corpo desencarnado. Corpo submisso ao Eu, à identidade transcendente. Corpo de macho dominador submisso. Corpo de macho enclausurado em seus privilégios. Corpo de macho vigiado. Corpo de macho drogadicto e vigiado. Corpo de macho covarde drogadicto e vigiado. Corpo devastado. Corpo photoshopado devastado. Corpo photoshopado sarado devastado vazio. Corpo desabilitado. Ruína de corpo. Corpo bombardeado em Gaza. Corpo que se atira da ponte. Corpo suicidado. Corpo sem vida. Corpo impensável. Corpo, território isolado pelo sex-Império. Corpo prozac. Corpo scotch. Corpo cocaine. Corpo desidratado. Corpo de nóia. Corpo amputado de nóia desidratado. Economia de corpos. Corpo, objeto a ser moldado e descartado pela tecnocultura heterocapitalista. Corpo gramacho. Corpo de lixo. Lumpencorpo. Então... Como vergar esse corpo? Como dobrá-lo? (MOMBASSA, 2021, p. 1)

Minha experiência é uma entre muitas outras. Meu corpo é um entre muitos dos que se hormonizaram, dos que foram violentados, dos que foram marcados pela violência cissexista-colonial (SIMAKAWA, 2015) e pela violência machista. Tornar meu corpo e minha identidade visível, no entanto, é um processo complicado. A invisibilidade e ininteligibilidade de vidas não binárias caracteriza e marca o nosso percurso. Extrapolando para o gênero uma questão primariamente pensada na raça, o silenciamento e invisibilidades são estratégias de manutenção de uma dominação:

*As/os dominantes se orientam por posturas cognitivas que as/os poupam de “ver” os outros, de se preocupar com eles, de não desprezá-los, de conhecê-los, de considerá-los. Dominantes possuem tempo para si: para se conhecer, se amar, se escutar, se cultivar. Ao se eleger como objeto exclusivo de atenção e cuidado, se dão importância, peso, lugar e reproduzem as condições materiais que garantem a perenidade da dominação. (DORLIN, 2020, p. 297)*

A não binariedade como categoria identitária tem, a meu ver, dois aspectos principais. O primeiro é o agrupamento necessário de pessoas múltiplas que possuem demandas específicas, como um processo transexualizador voltado para a não binariedade, a opção de terceira opção de gênero nos documentos, a utilização de linguagem não binária nas políticas públicas de educação, saúde, segurança e assistência, criação de banheiros não binários, cotas de inclusão para pessoas não binárias em conferências e conselhos Municipais Estaduais, Nacionais e Internacionais, inclusão nos censos e pesquisas feitas pelos Municípios, Estados e Federação, e sanção a instituições públicas e privadas que promovem discriminação ou silenciamento de não binários.



O outro aspecto, é seu início pela negação. É uma identidade que não é uma identidade. É uma negação de um sistema material que produz efeitos de violência sistemáticos e estruturados. Mais que uma identidade de gênero, talvez a não binariedade seja um modo de se posicionar ante uma pergunta invasiva e constante na sociedade: Qual é teu sexo? Qual é teu gênero? Meu sexo é um não, e meu gênero também é um não. Isso não significa que eu não demande ou necessite de políticas públicas específicas de proteção contra o cissexismo.

## 2. MATERIAIS E MÉTODOS

Minhas inspirações metodológicas provêm dos feminismos e estudos de gênero. Peguei dessas/us autoras/res a necessidade de localização de quem fala: para se falar sobre identidade é um passo necessário analisar a própria identidade (BUTLER, 2006, 2016). Devemos nos afastar da ideia de pesquisador neutro, ela produziu muitas violências na história da ciência (HARAWAY, 2009). Validou, por exemplo, a cissexualidade como uma norma médica (OLIVEIRA, 2020, DIAS, 2018). Atribuiu e sustentou nomes à grupos que não necessariamente se identificavam daquela maneira, como travestis (PIMENTA, OLIVEIRA, BENEVIDES, 2020).

Aprendi que só olhando as identificações como um efeito material de processos linguísticos posso identificar efeitos de estrutura, sempre contingentes (BUTLER, 2013), que segregam, oprimem, e (re)produzem processos de vulnerabilização. Também aprendi a lição de que todo feminismo deve ser interseccional (COLLINS, BILGE, 2021), assim se diminui as probabilidades de exercer involuntariamente a violência cravada em nossas cabeças pelas estruturas discursivas que legitimam o exercício do poder pelo Juruás kuery, o homem branco que são muitos.

No pouco guarani que aprendi até hoje, essa foi uma das palavras que mais gostei. Foi retirada de uma música que diz como o Juruás kuery veio para essa terra e fez mau uso dela, usurpando das PCTs muitas coisas. Cansa toda vez dizer que as vulnerabilizações cisheterossexistas e muitas outras emanam da vontade do homem, branco, cishetero, cristão, com renda, sem deficiência, magro, vontade essa de manter a legitimidade de sua identidade (que é por constituição falha). No português parece que ele e seus mandos estão em todo lugar, e ainda assim não tem um nome.



Cura travesti, no entanto, não deve ser confundida com as consideradas manifestações de transtorno mental. (...) Hoje, fica nítido que quem está doente é o mundo, a humanidade, a branquitude e a cisgeneridade. Mas, o comprometimento da cura travesti não é com a inversão dos padrões e patologização do gênero de salvação dos parâmetros normativos de existência. O pacto travesti é o de contribuir para as anúncias de que o mundo colonial é indefensável e insustentável. (LEAL, 2021, p. 6-7)

Além dos feminismos e estudos de gênero, faço uso do pós-estruturalismo francês. Tenho como dois autores principais que estão no meu coração: Jacques Lacan e Michel Foucault. Enquanto Foucault auxilia no entendimento da produção histórica da sexualidade e da loucura, e nos modos históricos de se estabelecer uma noção de normalidade segregacionista, Lacan me permite estudar implicações psicológicas dessas produções. Com a psicanálise como auxílio, traço uma autohistória das minhas identificações, do processo que levou à quebra do meu cristal identitário e a uma nova lapidação marcada por tormentos. Duas perguntas me guiam: O que as identificações que aceito ao meu corpo produzem? Quais identificações devo adicionar à minha identidade, de acordo com o conhecimento produzido pelos feminismos e por outros campos de saber-poder, para que eu localize discursivamente meu corpo e sua autohistória?

### 3 DISCUSSÃO

#### 3.1. (DES)IDENTIFICAÇÕES

Em 2015 descobri que poderia ser não binária. Havia acabado de começar o mestrado, e de ter um contato mais aprofundado com textos de Judith Butler, Donna Haraway, Hilan Bensusan, Spinoza, Mafalda Blanc, Michel Foucault e os últimos ensinamentos de Jacques Lacan (seminário 23 em diante). Foi também nesse ano e nos anos posteriores que fui ter contato com pessoas trans que utilizam as categorias de mulher e homem em uma identidade fixa no tempo, e pessoas não binárias que utilizam ou não as categorias de mulher e homem e que transitam sua identidade no tempo. Essas pessoas me inspiraram. Ainda autoidentificada como mulher cis, com um histórico de problemas nessa identificação, percebi que precisava urgentemente aprender a me autoidentificar.



Ouvia constantemente no programa de pesquisa, e em especial na linha de pesquisa em que eu estava, que era necessário ver a implicação do próprio sintoma no tema escolhido para a pesquisa. Essa é uma tradição feminista que remonta à Sandra Harding, Adrienne Rich, Donna Haraway, e outras tantas autoras que criticaram a suposta objetividade que a ciência, majoritariamente produzida por homens, visava.

Também na análise havia ouvido isso, que meu tema de pesquisa era meu sintoma. Meu tema de pesquisa, naquele momento, era a cisheteronormatividade. Sim, a cisheteronormatividade era meu sintoma, porque havia me identificado/sido identificado compulsoriamente com os modos de gozo da suposta relação que existe entre os sexos binários, na cisheteronormatividade. Não teria como ela não ser meu sintoma: a disforia era algo que me causava um permanente desconforto. O estudo e as violências dos machismos e cisheterossexismos badalavam nos meus ouvidos cotidianamente.

Em casa, sempre só e na imensa solidão que estive até 2019, me permitia mudar minha identidade. Assumir algumas posturas, alterar meus nomes, tensionar a minha voz. Fazia isso por uma necessidade, uma tremenda angústia que vinha aliada com a disforia, a não identificação com o feminino. Eu também não tinha identificação com o masculino, foi o que vim a perceber de minhas errâncias identitárias. Me identificar tanto em um quanto no outro me lembrava a histórica produção desse binarismo como uma economia doméstica patriarcal.

Meu sofrimento psíquico por conta da cisheteronormatividade, aliado ao meu sofrimento psíquico por ser autista, me levava a representações altamente gráficas do meu dilaceramento: via uma grande roda com pás, como de um moinho movido a água, girar incessantemente. Em cada uma das pás uma palavra, que no frenesi da roda eu não conseguia ler. Minha identidade estava agarrada à impossibilidade, impossibilidade de ler, impossibilidade parar a roda, a impossibilidade de me nomear.

Quando ouvi as palavras “não binário” pela primeira vez foi no contexto universitário. Em um segundo tive duas reações. A primeira foi surpresa: então isso existe? Então alguém pode ser isso? Me agarrei fortemente a essa identificação pela negação. Dessa forma eu podia negar o binarismo que me atormentava e adoecia, podia parar a tentativa incessante de saber qual era meu



gênero. Meu gênero era um não, uma negação desse CISTema que me parecia, e ainda parece, uma confluência de confusões.

Ainda não tinha nome, e passei alguns meses me apresentando como alguém sem nome. Ao fazer isso, nos primeiros momentos a minha identidade já parecia desacreditada aos olhos dos outros. Como assim não tem nome? As pessoas riam confusas, e a partir daí me olhavam com desconfiança da minha sanidade, me recomendavam fazer ainda mais terapia, pegar leve, me reconduziam ao feminino como que se estivessem querendo me ajudar. Não foram as únicas vezes que fui respondido com riso: ao buscar colegas para dividir apartamento virei meme, por demandar no anúncio que a pessoa não fosse cisheterossexista.

Tive alguns nomes até assentar no que me reconheço hoje.

Em 2017 comecei a me hormonizar com testosterona, acompanhada pelo ambulatório trans, um serviço do Sistema Único de Saúde, da cidade de Florianópolis. Mantive a hormonização por um ano, mas logo vi que não poderia ser meu caminho aquele: comecei a ter disforia com a profusão de pelos que me apareciam. Mais tarde, em consultas médicas levadas por conta de um sangramento uterino, também descobri que meu útero havia encolhido. Deveria lidar com a disforia de outra forma: não mais pela hormonização, mas sim atacando e afastando as pessoas que não respeitam minha identificação no gênero. Meu corpo nunca foi o problema, sempre foram as violências cisheterossexistas.

Todo esse processo foi uma experimentação bastante custosa, e somada às exigências da universidade, me tornei cada vez mais nesses anos um ser cansado e solitário. O amor também não ia bem. A cada pessoa que conhecia informava a minha (não) identidade de gênero. Isso me protegia de várias violências, mas também limitava a um pequeno grupo, volátil e esporádico, os meus afetos.

A não binariedade é e não é ao mesmo tempo uma identidade. Surge como uma identidade quando preciso dizer sobre um suposto gênero/sexo que possuo, nesses momentos estou nesse grupo, nesse conceito guarda-chuva. Mas estou, desde que li, do lado de Lacan: não



existe uma função sexual, embora possamos ver seus efeitos de estrutura. Se posso escolher minha máscara, no sentido de uma produção própria da identidade como poesia, prefiro, no que se refere ao gênero, utilizar um grande NÃO.

A terra plana coloca em uma ponta homens  
Na outra, mulheres  
Bipolaridade do non-sense

Meu corpo sente cada dose de hormônios  
Uma leve absorção de lucidez  
Um lento renunciar à sociedade  
Qual o gozo? Qual o prazer em gozar?

Mutação corporal  
Pele que explode em pêlos  
Muito rapidelentemente

Nos afazeres do dia a mesma rotina  
Pessoas que erram a flexão de gênero  
Erram?

O que é mais urgente do que o perceber a outra pessoa?  
Qual a urgência que rege os corpos que a ética se torna frívola?

Quão lentamente gira o plano binário?  
("Hormônios", 2017, arquivos pessoais)

E ali, só de tomar essa ação, parece que entro em uma terra de alienígenas. Ou talvez em uma terra que o outro não consegue me compreender, como se eu falasse em uma língua que não existe ou que não pode existir. Isso viria a produzir em mim no mestrado, e ainda produz, uma imensa solidão na sociedade. Essa solidão não é só minha, mas compartilhada na população trans e não binária (GUIMARÃES, ODARA, 2021). Mesmo quem estuda feminismos e gênero, as vezes parece estar nadando, por demais submergida/o, no gênero binário: não conseguem usar linguagem não binária. Minha identidade é respeitada linguisticamente em pequenas bolhas: em grupos de pessoas não binárias, com algumas amigas, quando estou com minha maride, e as vezes nos círculos de psicanálise que participo e ainda mais raramente na universidade.



### 3.2. UME ALIENÍGENA NA UNIVERSIDADE

Os sistemas acadêmicos (SIMAKAWA, 2015) nunca foram um espaço seguro ou de saúde para mim, apenas um espaço de trabalho. Na graduação, ainda autoidentificade como cis e bissexual, a universidade era um espaço de adoecimento por conta das inabilidades dos professores de educar estudantes autistas (como forçar trabalhos em grupo e dinâmicas com toque supondo nisso processos educativos), da pressão do mercado de trabalho, da vulnerabilidade social, da bifobia que afastou possíveis amizades, da pressão de produtividade, entre outros problemas. O resultado, além do meu diploma, foi um período depressivo de aproximadamente 4 anos.

Na pós-graduação, além desses anteriores, me deparei com o imenso problema que é o binarismo compulsório. Comecei a ver em todo lugar a imposição binária. Na arquitetura dos banheiros, na linguagem das pessoas, nos seus efeitos de violência machista, em cada formulário, nos meus documentos, nas expectativas de relacionamento. Quem costumava me orientar levou tempo demais para entender que não deveria usar meu nome morto, mesmo eu constantemente informando. Colegas de trabalho, com raras exceções, mostravam interesse na compreensão da não binariedade, mas não o suficiente para pensar antes de falar, antes de me conduzir linguisticamente ao feminino. Só quem vive com a ansiedade alta e já teve ataques de ansiedade fulminantes sabem a dor que é. A disforia sempre atacava, e eu me dispunha mais à solidão.

Tenho uma lesão crônica no rim devido a infecções urinárias de repetição (7 em um ano, por exemplo), que foram produzidas devido ao estresse elevado e a disforia de ter que usar (ou, no caso, não usar) um banheiro que me encaixotava em algo que eu recusava. O que para muitas/os poderia parecer algo simples, para meu cérebro autista e não binário era uma impossibilidade.

Mesmo meu tema de pesquisa foi constantemente atacado. A cisnorma não era algo que existia, diziam; era somente produto de blogs, diziam; não se sustentava, diziam. Os comentários que eu ouvia me lembram muito um parecer infeliz que recebi em 2020 ao submeter um artigo à uma revista A1 interdisciplinar, focada em feminismos:

A noção de cisgeneridade não se sustenta sob uma perspectiva empírica tampouco epistemológica. Dentre suas fragilidades está a projeção/expulsão da normalidade



para x Outrx, portanto a construção de um suposto ponto de observação e julgamento fora das inequidades, instabilidades e incertezas (arquivo pessoal)

Precisei fazer minha pesquisa de mestrado (2015-2017) estudando cisnorma na literatura acadêmica, provando como era um conceito usado por acadêmiques no Brasil desde 2011 (BONASSI, 2017). Mulheres cisgêneras do meu convívio no mestrado (não todas, mas muitas), muito acostumadas com o feminismo cisgênero, recusaram esse conceito por anos. Imagino que foi porque era uma identidade que impúnhamos a elas: não eram mais mulheres normais, mulheres biológicas, eram agora mulheres cisgêneras.

Barreiras legais também se estabeleciam: precisei abrir um processo institucional para assinar minha dissertação e ter meu diploma com meu nome, sem menção do nome morto. Eu não havia retificado, isso poderia me dar problemas, diziam. Eu poderia querer mudar de novo de nome, diziam. Provavelmente não tinha como, diziam. É difícil no meio de tantos dizeres não começar a dizer a si mesma essas frases. Mas, talvez por sorte, elas me produziam ódio. Acredito muito na força do ódio. O ódio me dava forças, e me ajudou também no meu processo de retificação de nome um ano mais tarde (amparado pelo Provimento 73/2018).

Inúmeras caminhadas em um sistema desorganizado, em um processo de organização bastante lerdo. A ansiedade social e a insegurança batiam forte: eu era uma pessoa autista desorientada em um mar institucional. Enfim encontrei alguém que se chamava João. Ele baixou resoluções e normativas, nacionais e locais, e me disse que eu tinha o direito. Então, viabilizou os documentos que eu precisava assinar e me orientou de uma maneira informada e direta, muito obrigade João.

Quando ingressei no doutorado (já em outra instituição depois de seis processos seletivos) fui chamada para uma conversa, em que pediam como eu poderia provar que a pessoa no meu diploma da graduação era eu mesma, não era, por exemplo, minha irmã. Também me questiono isso, visto que o único documento que tenho é certidão nova, que diz que algo foi alterado na certidão, sem explicitar os motivos ou o quê. Infelizmente na minha certidão ainda consta como sexo feminino, porque me foi negada a opção de sexo não binário em 2018. Então, do



ponto de vista cisgênero que só considera trans quem transiciona para o sexo oposto (ou quando muito considera isso), eu não teria nem motivos para essa alteração.

Ainda é constante nos grupos de pesquisa/estudo que participo, na universidade, na psicanálise, entre as pessoas que atendo, nas redes de amizade, pessoas me referenciam no feminino, embora eu costume dizer que me causa disforia. O problema é que as pessoas nunca sentiram disforia, não sabem e não estudam o que isso causa. Talvez tenha falado isso em aproximadamente 300 conversas diferentes de whatsapp nessa pandemia, com grupos, ou de um para um. As águas do binarismo impedem que as pessoas parem algum tempo para pensar antes de me atribuir uma identidade com a qual não me identifico, e geralmente falo ao ar. Me contento então com menos do mínimo, e só o que posso fazer é analisar a personalidade da pessoa que me fala e as estruturas da sociedade que a/o produziram, enquanto o erro de percepção da minha identidade se repete, e novamente, e novamente. Mantenho na academia apenas o convívio necessário. A tristeza me invade, mas o desapego e autoamor autisticamente leonino me salvam.

Há as exceções, as quais sou grato, mesmo considerando uma questão de direito e não de gratidão. A gratidão vem no lugar da angústia que seria provada pela disforia. A gratidão também me irrita, eu não deveria agradecer o mínimo. Mas como tive uma formação judaico-cristã somado a um passado de pobreza, o mínimo parece bem aceitável e até louvável. Sei que isso está errado, e ao mesmo tempo percebo a raiva de quem não é agradecido quando faz o mínimo. Vivemos em uma sociedade muito cruel.

Quem realmente ganha meu coração é quem consegue me respeitar quase sempre (até as Deusas erram), consegue ter ótimas indicações, e faz ressoar alegria em mim. Aprendi que amando apenas essas pessoas, voltando minha demanda de amor apenas a elas, minha vida se torna muito mais feliz do que quando tento forjar relações apesar de muitos apesares. Estabelecer limites me permitiu estabelecer relacionamentos de amizade e amor que não precisavam de uma segunda, terceira, quarta chance, isso me fez muito bem.

Acreditar, eu não  
Recomeçar, jamais  
A vida foi em frente  
E você simplesmente



Não viu que ficou pra trás  
("Acreditar" – Composição Dona Ivone Lara/ Délcio Carvalho)

O primeiro grupo de pesquisa que fiz parte no doutorado, do qual fui retirado porque fiz bom uso do texto Saberes localizados de Donna Haraway, ainda propagava a velha ideia de que a produção do saber acadêmico não deve mostrar apego, que quem pesquisa não deve opinar, não fala a partir de si. Entrei buscando arqueogenealogia e acabei dando de cara com a necessidade de Donna Haraway, precisei recorrer a toda uma tradição feminista, de toda uma militância de décadas das travestis e mulheres trans e transmasculinos e de produções monstras, para assim contar a história dos fundamentos contingentes (pela medicina, pelo direito, pelo judaico-cristianismo) da opressão que passo e vejo muitos passar.

Comecei a pegar raiva de quem só fala de política e os homens que a produzem. Suas vidas nunca estão felizes, e pensam que é por causa da política. O gênero nunca é tão importante de ser estudado como o neoliberalismo é. Os grandes autores são sempre homens entediados e obsessivos. Não há poesia nem paciência: só acúmulos fálicos. Quando há poesia, até mesmo a poesia consegue ser ruim. Deixa esse pássaro voar, homem!

há um pássaro azul em meu peito  
que quer sair  
mas sou duro demais com ele,  
eu digo, fique aí, não deixarei que ninguém o veja.  
há um pássaro azul em meu peito que  
quer sair  
mas eu despejo uísque sobre ele e inalo  
fumaça de cigarro  
e as putas e os atendentes dos bares  
e das mercearias  
nunca saberão que  
ele está  
lá dentro.  
há um pássaro azul em meu peito  
que quer sair  
mas sou duro demais com ele,  
eu digo,  
fique aí,  
quer acabar comigo?  
(...) há um pássaro azul em meu peito que  
quer sair



mas sou bastante esperto, deixo que ele saia  
somente em algumas noites  
quando todos estão dormindo.  
eu digo: sei que você está aí,

então não fique triste.  
depois, o coloco de volta em seu lugar,  
mas ele ainda canta um pouquinho  
lá dentro, não deixo que morra  
completamente  
e nós dormimos juntos  
assim  
como nosso pacto secreto  
e isto é bom o suficiente para  
fazer um homem  
chorar,  
mas eu não choro,  
e você ?

(O pássaro azul - Charles Bukoviski - Tradução: Pedro Gonzaga)

Há muitos grupos como esse de que fui retirada. De vez em quando, raramente, se tem um momento para se discutir gênero. Aquele é, então, o lugar do gênero, um lugar patético que dura apenas algumas horas. Mas a qualquer momento poderiam erguer novamente as masculinas vozes suportadas por ilustres homens que fizeram ou criticaram suas ilustres guerras, e pregar alguma doutrina econômica ou a importância delas, como se eles próprios fossem governantes ativos do país. É de uma importância vital, é de tremenda importância que se mude de assunto. Como se essa importância mostrasse que esses homens não queriam mais falar da impotência do gênero, dessa tal de produção histórica das identidades no gênero, e os pesos, gozos, usufrutos de se produzir em uma. Não é necessário dizer, mas talvez seja, que em sua extensa maioria os coordenadores dos grupos são homens, brancos, cisgêneros, heterossexuais, por vezes cristãos, e com uma renda de professor universitário. Geralmente adoram também dar palestras de teoria queer, e o ódio a uma ocasião me levou a produzir o seguinte post:

Já ouvi muitos (demais, além da conta, ontem inclusive) homens, brancos, cisgêneros, professores de universidade dizer que o binarismo está em tudo, e é sempre falho. Dizem que por ele ser falho, uma categoria de identidade de gênero como não binária não é válida. Dizem que não existe um fora do binarismo. Continuam performando a masculinidade, conscientemente e voluntariamente, usufruindo de todo o privilégio do masculino, e tem a coragem de afirmar que o



binarismo é falho em todos e por isso a não binariedade não existe. Assumir uma identidade não binária, exigir e fazer uso de linguagem não binária, fazer transições corporais, mudar o próprio nome, se apresentar assim para as pessoas, marca um lugar muito diferente do homem cisgênero. Então se você é uma pessoa cisgênera e já disse isso alguma vez, recomendo que se envergonhe, vá estudar e colocar teu próprio privilégio a prova. É simplesmente enfurecedor pessoas cisgêneras opinando sobre um lugar que não ocupam e utilizando mil desculpas para deslegitimar o que ataca a cisgeneridade.

### 3.3. ALIENÍGENAS ENCONTRAM OUTROS ALIENÍGENAS

O sentimento que me segurou na vida em 2018, momento em que qualquer perspectiva de felicidade social me havia esvaído, foi o de que, já que estava vive, podia produzir materiais de qualidade para ajudar as pessoas que ainda não haviam nascido. Não tinha certeza de que poderia fazer isso, talvez ninguém viesse a ler o que eu escrevesse. A tentativa parecia válida, no entanto.

Entre os sete processos seletivos de doutorado que tentei - em ordem, psicologia, pedagogia, interdisciplinar, história, história, filosofia e psicologia, fiquei trabalhando de caixa freelancer em um *food truck* e estudando história. Comecei a minha tese no momento que descobri que havia passado em um processo seletivo do outro lado do país. Processo seletivo esse que quase não cheguei a fazer. O nojo da academia e suas toxidades ainda estava muito firme em meu pensamento.

Algum tempo depois da publicação da minha dissertação percebi quem é o público que mais lê e comenta comigo que gostou do que eu escrevi: pessoas não cisgêneras. Recebi reconhecimento de Sara York, Carolina Lara, Du Maranhão e outras tantas estudantes e profissionais que encontram minha dissertação por aí e ficam muito feliz de tê-la encontrado. Realmente talvez eu não escreva para pessoas cisgêneras, no geral. Nas aulas que dei era essa a população que primeiro me contatava, e me contatava com mais intensidade: aqueles que não sabiam seu gênero. Na clínica, a mesma coisa: as pessoas mais perdidas no gênero são as que mais batem às minhas redes sociais.

Recentemente tive a oportunidade de participar de uma coletânea, que imagino que seja a primeira no Brasil, escrita e produzida exclusivamente por pessoas não binárias, de nome



Primavera Não Binária. A demanda é constante e a produção literária sobre ainda muito esparsa. Devo dizer que há muito não conhecia uma felicidade tão genuína relacionada ao trabalho. Ver um grupo de pessoas não binárias escrevendo a partir de si, com a sua linguagem, apesar e através dos sofrimentos múltiplos, me proporcionou uma experiência de grupo rara.

Por centenas de anos, a partir de um marco de colonização de terras e corpos, um longo inverno perdurou sobre a América Latina – e aqui especialmente pensa-se o Brasil. Existências tão reais como qualquer outra se entocaram nos buracos que podiam para sobreviver. Muitas não aguentaram a fome e o frio. Desapareceram. Outras, que eles acreditavam também terem desaparecido, resistiram às margens, apenas esperando a troca de estações. Mas o inverno acabou. É hora da primavera ressurgir. (BREVILHERI, 2021, p. 10).

#### 4. CONSIDERAÇÕES

É triste saber que tantos trabalhos de qualidade são barrados por preconceitos cissexistas. É triste saber que muitas pessoas não publicam em revistas científicas o que pensam porque devido ao cissexismo não podem exercer o direito de chegar à uma universidade, são expulsas da educação formal. É triste saber que o atual governo federal de Jair Bolsonaro, as bancadas evangélicas e católica da Câmara de Deputados, outras tantas instâncias do governo, igrejas e organizações não governamentais, são majoritariamente conviventes com a normatização cisheterossexual pela violência. Que fizeram o possível para retirar os termos gênero e orientação sexual do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular, governando por e publicizando falácias e pânico morais como os que circundaram a discussão da ideologia de gênero (JUNQUEIRA, 2017).

Então, fico realmente feliz ao ver iniciativas como a da revista *Temporis[ação]* presente nesse dossiê. Diante desse cenário, produzir espaços de compartilhamento de experiências, ou como foi para mim esse texto, um espaço de desabafo, é uma ação imensamente potente. Pessoas cisheterossexuais, que não estejam altamente engajadas e atualizadas, costumam não pensar além do seu privilégio e passar por cima de subjetividades não hegemônicas por assumir muitas coisas como naturais. Constantemente somos forçados a ensinar o que para nós é óbvio, mínimo, fundamental. A dificuldade na busca de inteligibilidade é ainda mais agravada pelo não



reconhecimento ontológico do Estado, que não faz na velocidade que eu gostaria seu papel de ensinar para a diversidade e laicidade pluriconfessional.

Quando, alguns anos atrás, tive que decidir se continuaria vivendo ou não, produzir conhecimento de qualidade para ajudar a diminuir a violência na sociedade foi o principal motivo de eu escolher a vida. Naquela época já não tinha qualquer esperança para a minha vida pessoal, não tinha sorte nem no amor nem no dinheiro.

Felizmente hoje, em outra situação, posso continuar meu trabalho de formiguinha, que raramente é lida, com um pouco mais de comodidade. Mas, certamente, continuo considerando a academia como um ambiente cissexista, maior parte devido ao desconhecimento, preguiça e apego identitário de cada um/uma de lutar contra os corretores/produtores do cisheterossexismo (ortográficos, arquitetônicos, institucionais, psicológicos).

## REFERÊNCIAS

ANZALDÚA, Gloria E. Now let us shift... the path of conocimiento... inner work, public arts. In: ANZALDÚA, Gloria E.; KEATING, AnaLouise. *This bridge we all call home: radical visions for transformation*. New York: Routledge, 2002, p. 540-578.

BONASSI, B. C. *Cisnorma: acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. 2017. Dissertação (mestrado em psicologia) – Programa de pós-graduação em psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

BREVILHERI, Urse L. Prefácio. In: MORGADO, Morgan (Org.). *A primavera não binária: O protagonismo trans não binária no fazer científico*. Florianópolis: Rocha e Gráfica Editora, 2021, p. 9-13. (Selo Nyota)

BUTLER, J. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, n. 11, p. 11-42, 2013.

BUTLER, J. *Gender Trouble*. New York: Routledge, 2006.

BUTLER, J. Rethinking Vulnerability and Resistance. In: BUTLER, J., GAMBETTI, Z., & SABSAY, L. (Eds). *Vulnerability in Resistance*. Durham: Duke University Press, 2016, p. 12-27.



COLLINS, Patricia H.; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo, 2021.

DIAS, Maria Berenice D. (org). *Intersexo: Aspectos jurídicos, internacionais, trabalhistas, registrares, médicos, psicológicos, sociais, culturais*. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2018.

DORLIN, Elisa. *Autodefesa: uma filosofia da violência*. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

GUIMARÃES, Tuty V. C. (Trans)solidões: a solidão do outro e de si. A *primavera não binária: O protagonismo trans não binária no fazer científico*. Florianópolis: Rocha e Gráfica Editora, 2021, p. 9-13. (Selo Nyota)

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 1, n. 5, p. 7-41, 2009.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: como a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”. In: RIBEIRO, P. R. C.; MAGALHÃES, J. C. (Orgs). *Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade*. Rio Grande: FURG, 2017, p. 25-52.

LEAL, Dodi T. B. Fabulações travestis sobre o fim. *Conceição/Conception*, Campinas, v. 10, p. 1-22, 2021.

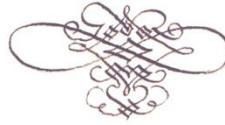
LEAL, Dodi T. B. Performatividade transgênera: equações poéticas de reconhecimento recíproco na recepção teatral. 2018. 536 p. Tese (Doutorado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MOMBAÇA, Jota. *Corpo-Colônia / Settled-Body*. Jota Mombaça. 2021. Disponível em: <https://jotamombaca.com/works-trabalhos/corpo-colonia/>. Acesso em: 21 de mai. 2021.

OLIVEIRA, Carolina Iara Henrique Ramos de. A busca pelo corpo perfeito: uma rápida autoetnografia e análise interseccional da intersexualidade. In: Aguinaldo Rodrigues Gomes; Antonio Ricardo Calori de Lion. (Org.). *Corpos em Trânsito: Existências, subjetividades e representatividades*. Salvador: Devires, 2020, p. 384-401.

PIMENTA, Sara W; OLIVEIRA, Megg; BENEVIDES, Bruna; Manifestações textuais (insubmissas) travesti. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 28 n. 3, p. 1- 12, 2020. Disponível em: <https://bit.ly/3dozdt4>. Acesso em:

SIMAKAWA, Viviane V. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. (Mestrado Interdisciplinar) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.



## **SOBRE A AUTORIA**

### **Brune Camillo BONASSI**

Doutorante em psicologia na Universidade Federal do Ceará. Mestre pela Pós Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, graduada em psicologia na mesma instituição. Estuda majoritariamente temas relacionados à psicanálise, gênero e sexualidade, com enfoque nos efeitos e na produção da cisheterossexualidade compulsória e das identidades não binárias. Atua como membro da Articulação Brasileira Não-Binária e da Red No-binária Abya Yala.

*Submissão: 30 de junho de 2021*

*Avaliações concluídas: 21 de agosto de 2022*

*Aprovação: 04 de setembro de 2022*

## **COMO CITAR ESTE ARTIGO?**

BONASSI, Brune Camillo. Como ser algo que não existe: percursos universitários não binários. Revista *Temporis(ação)*: periódico acadêmico de conexões multidisciplinares em Educação e Ensino da Universidade Estadual de Goiás. Cidade de Goiás; Anápolis. V. 22, N. 02, p. 01-18, jul./dez., 2022. Disponível em:

<<http://www.revista.ueg.br/index.php/temporisacao/issue/archive>>

Acesso em: < inserir aqui a data em que você acessou o artigo >